

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

**XIX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO / I EREBIO – REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENSINO DE BIOLOGIA – REGIONAL SUL.**

A FORMAÇÃO DO DOCENTE PARA O TRABALHO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL: PELA CONCEPÇÃO DOS EDUCANDOS

Maristela Zamoner
ONG Ação Consciência
maristela@cc.org.br

Introdução

À gravidez na adolescência, a ocorrência de DST, soma-se o problema da fase atual da epidemia de AIDS no Brasil, caracterizada, segundo Figueiredo (2005), por cinco tendências distintas: heterossexualização, feminilização, faixa etária jovem, baixo nível de escolaridade e a pauperização. Estas tendências estão concentradas nos grupos de adolescentes atendidos em escolas públicas uma vez que estes encontram-se em situação famílias de baixa renda e baixo nível de escolaridade, são jovens e em sua maioria são heterossexuais.

Segundo a Organização Pan Americana de Saúde (1989) a atenção ao grupo de adolescentes é necessária, devido, principalmente, à sua composição numérica, à frequência cada vez maior da gravidez na adolescência, dos acidentes, da violência, do uso de tabaco, álcool, drogas, inalantes, além dos problemas de saúde mental.

No ano de 1997 a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou o Projeto de Lei número 025/96 que “Torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus no Estado do Paraná”, sob a justificativa de que “a prevenção é a única forma de combater esta doença que vem se alastrando de uma maneira impressionante e vitimando cada vez mais pessoas no mundo”.

A adolescência é marcada pela desidealização das figuras paternas e pela preocupação com as roupas, com o cabelo, com as erupções na pele, com a linguagem, entre outras coisas, simbolizando a busca por uma identificação com o grupo de pares

(Meira, 1996). Segundo Louro (1998), na escola a sexualidade é apresentada de maneira relacionada com a família e a reprodução, seu pleno exercício deve ocorrer no casamento e os filhos são sua consequência sendo que as práticas sexuais não reprodutivas são deixadas de lado ou são tratadas com receios e medos. A mídia, por sua vez, exerce um papel de educadora informal (Fischer, 1996). O estudo do corpo em sala de aula (geralmente na 7ª série do ensino fundamental) é fragmentado (Santos, 1997). O trabalho com a orientação sexual realizado sem profundo conhecimento e seriedade pode atingir objetivos contrários aos almejados.

No período de 95 a 98, o Ministério da Educação e Desportos elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (Brasil, 1998a) que, vinculados à Nova LDB – 9.394 (Brasil, 1996), visam estabelecer diretrizes para o currículo do ensino fundamental (1ª a 8ª série) e servir como referência nacional, seja para a prática educacional, seja para as ações políticas no âmbito da educação.

Os conteúdos a serem ensinados estão dispostos em dois grupos. Primeiramente, o das áreas de conhecimento, que são: Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. Compondo o segundo grupo estão os conteúdos organizados em “Temas Transversais”: *ética, educação ambiental, orientação sexual, pluralidade cultural, saúde e trabalho e consumo*.

Os “Temas Transversais” dizem respeito a conteúdos de caráter social, que devem ser incluídos no currículo do ensino fundamental, de forma “transversal”: não como uma área de conhecimento específica, mas como conteúdo a ser ministrado no interior das várias áreas estabelecidas (Brasil, 1998b).

Os conteúdos propostos para integrar o currículo são organizados em forma de documentos, sendo um volume introdutório, um volume para cada área e outro para os “Temas Transversais”. Cada professor deveria receber, gratuitamente, do MEC, seu material para estudo.

Este é um momento histórico muito significativo e que, portanto, requer a contribuição de estudiosos e pesquisadores para a reflexão sobre perspectivas de concretização dos PCNs, com o paralelo apontamento de estratégias limitadoras e facilitadoras desse processo.

Em especial, a análise em torno do trabalho com os “Temas Transversais” requer esforços de reflexão direcionados, devido ao caráter de “novidade” que

comportam, o nível de interdisciplinariedade requerido e a necessidade de preparação dos professores.

A reflexão sobre o trabalho com os “Temas Transversais” pode abranger desde as condições do professor para colocar em prática o que determinam os PCNs até a estrutura organizacional da escola e a condição discente.

Os Temas Transversais foram propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN (1998), devendo ser abordados em todas as disciplinas.

No entanto, sabe-se que muitos professores graduaram-se antes do advento dos PCN e naturalmente não tiveram formação para trabalhar os Temas Transversais. Esta situação reflete-se nas concepções dos alunos, podendo então ser percebidas desta forma. Temas Transversais como Orientação Sexual, prescindem conhecimentos específicos e seu trato inadequado pode ser perigoso (Zamoner, 2004).

Neste contexto, analisar as concepções dos alunos de ensino fundamental e médio que cercam as questões referentes ao Tema Transversal Orientação Sexual, pode trazer elucidações a respeito da formação dos professores que atuam nestes níveis.

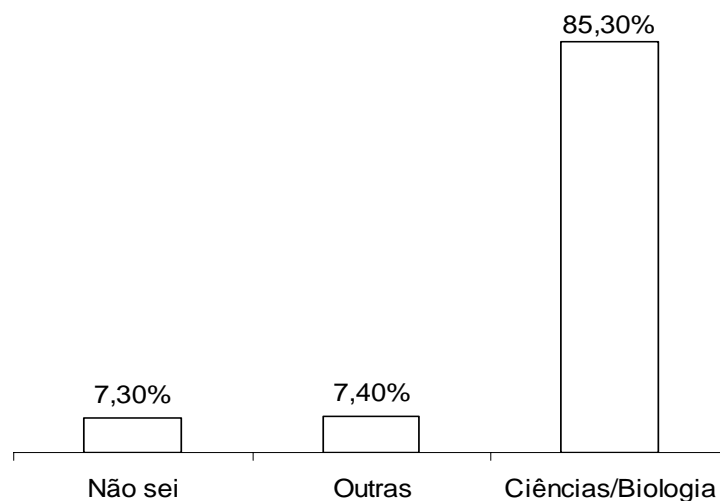
Metodologia

Foram entrevistados 234 alunos de todas as séries do ensino fundamental e médio a respeito de suas concepções que refletem a ação docente. Foi entregue a cada aluno uma folha em branco e o professor entrevistador fez pergunta por pergunta, deixando o aluno livre para responder durante um tempo. Na sequência foram entrevistados 125 alunos do ensino médio. Nestas entrevistas os alunos reuniram-se em grupos de 2 a 3 alunos e discutiram sobre: “O que leva um adolescente informado sobre prevenção a engravidar?”. As entrevistas foram recolhidas, analisadas e os dados levantados foram apresentados graficamente.

Resultados e discussão

Observou-se que 85,3% dos alunos ainda entendem que a orientação sexual deve ocorrer em aulas de Ciências ou de Biologia. Nenhum aluno considerou que o assunto fosse pertinente a todas as disciplinas (Figura 01).

Figura 01 – Percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “Em que matéria você acha que deveria aprender sobre orientação sexual?”.

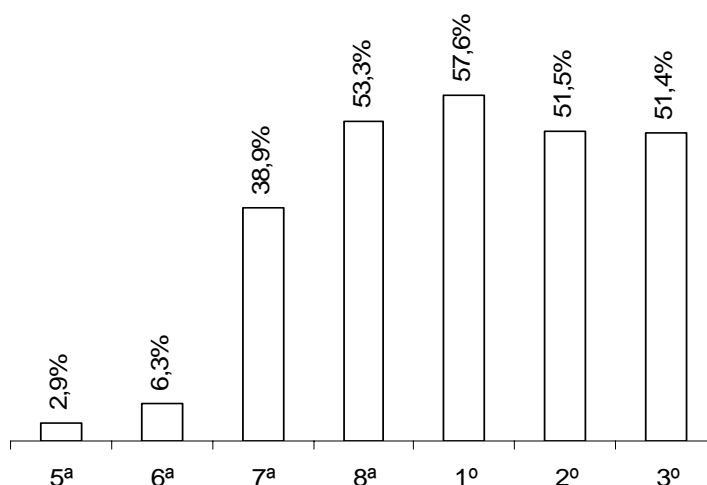


Fonte: pesquisa de campo.

Nota: amostra referente à 234 alunos do ensino fundamental e médio.

A maioria dos alunos nunca fez nenhum trabalho de orientação sexual. No entanto, observa-se que há um crescimento do percentual de alunos que realizaram trabalhos de orientação sexual de quinta série em diante (Figura 02).

Figura 02 – Percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “Você já fez algum trabalho sobre orientação sexual?”.



Fonte: pesquisa de campo.

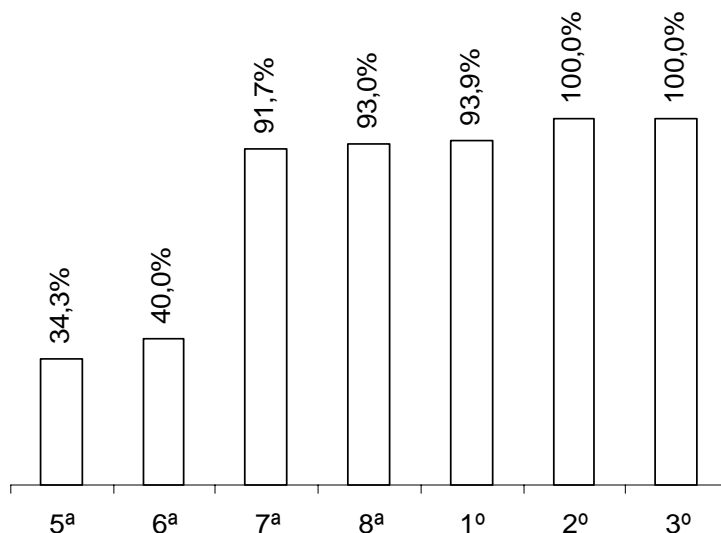
Nota: amostra referente à 234 alunos do ensino fundamental e médio.

Dos alunos que realizaram algum trabalho sobre orientação sexual, a maioria (60,1%) o fez sob orientação de professores de Ciências ou Biologia.

Apesar de ter sido verificado que a maioria dos alunos nunca realizou nenhum trabalho sobre orientação sexual, percebe-se pelos relatos dos próprios alunos que desde a quinta série são conhecidos casos de colegas que engravidam. O percentual de casos conhecidos de colegas que engravidaram, aumenta representativamente da sexta série para a sétima, atingindo 100% no final do ensino médio.

Estes dados evidenciam que o trabalho de orientação sexual deveria começar antes da quinta série e manter-se até o final do ensino médio (Figura 03).

Figura 03 – Percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “Você soube de alguma colega sua que tenha engravidado?”.

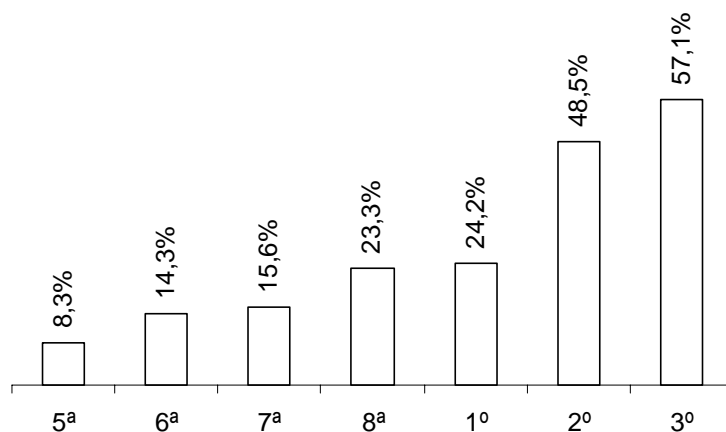


Fonte: pesquisa de campo.

Nota: amostra referente à 234 alunos do ensino fundamental e médio.

Estas observações são corroboradas pelas respostas dos alunos para o questionamento sobre a questão das tentativas de aborto realizadas pelas colegas que sabiam ter engravidado e pelos casos que conheceram de situações de DST/HIV (Figuras 04, 05 e 06).

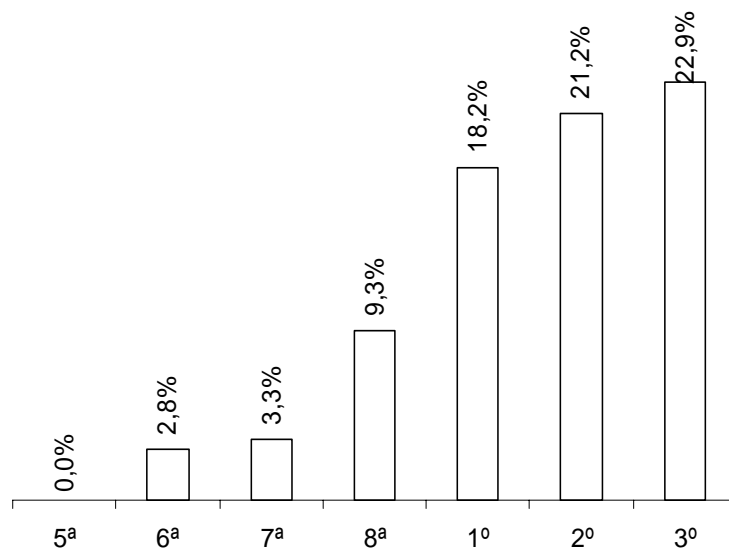
Figura 04 – Percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “Você soube se esta ou estas colegas grávidas tentaram abortar?”.



Fonte: pesquisa de campo.

Nota: amostra referente à 234 alunos do ensino fundamental e médio.

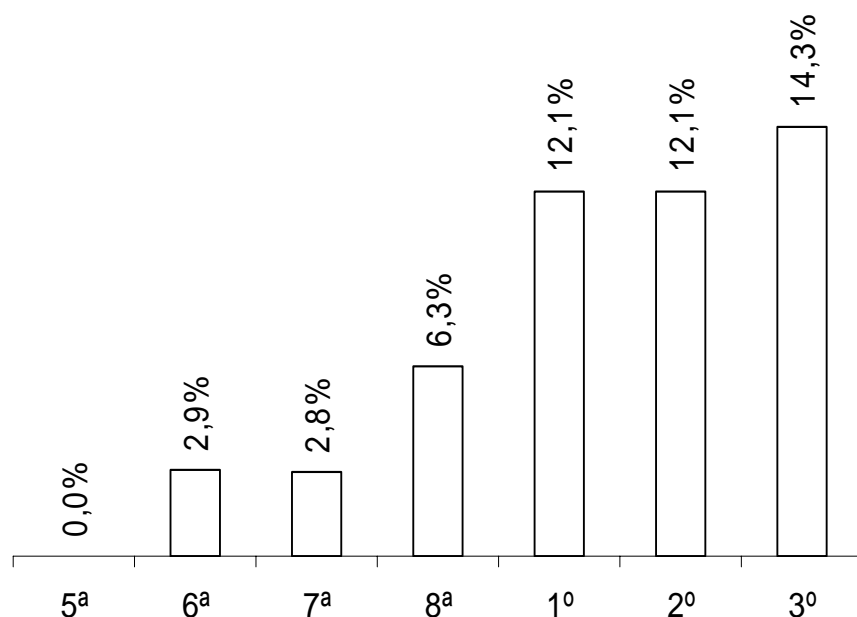
Figura 05 – Percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “Você soube de algum colega que pegou alguma DST?”.



Fonte: pesquisa de campo.

Nota: amostra referente à 234 alunos do ensino fundamental e médio.

Figura 06 – Percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “Você sabe de algum colega que seja portador do HIV?”.



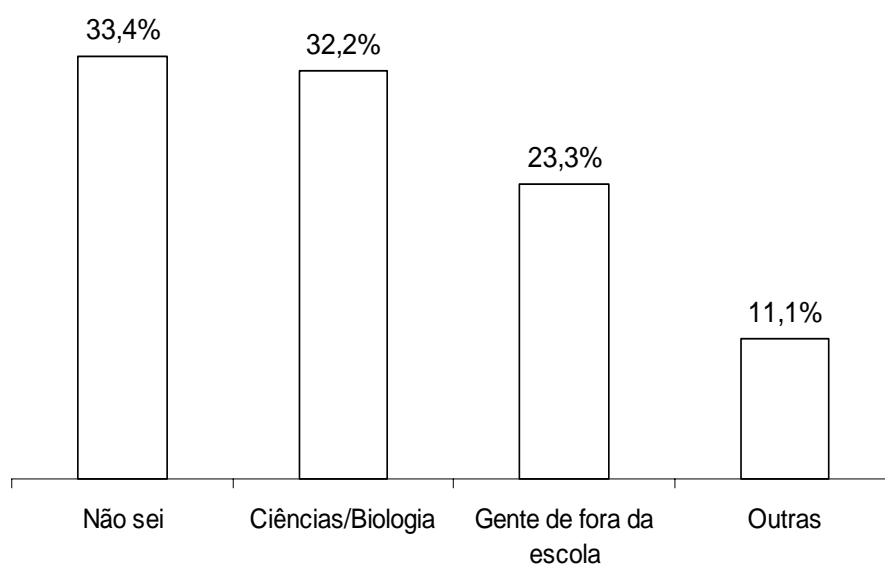
Fonte: pesquisa de campo.

Nota: amostra referente à 234 alunos do ensino fundamental e médio.

Mesmo nestas condições verificadas anteriormente, os procedimentos de práticas escolares direcionados à esta problemática, são limitados. 50,1% dos alunos nunca soube de algum projeto de orientação sexual sendo desenvolvido na escola.

Os professores que mais desenvolvem projetos de orientação sexual são os professores de Ciências ou Biologia. Foi verificado um alto percentual de profissionais de fora da escola que pretendem vender produtos e usam como método palestras sobre orientação sexual, o que é entendido pelos alunos como projeto realizado por profissionais de fora da escola (Figura 07).

Figura 07 – Percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “Estes outros projetos de orientação sexual que ocorreram na escola foram desenvolvidos por professor de que matéria?”.

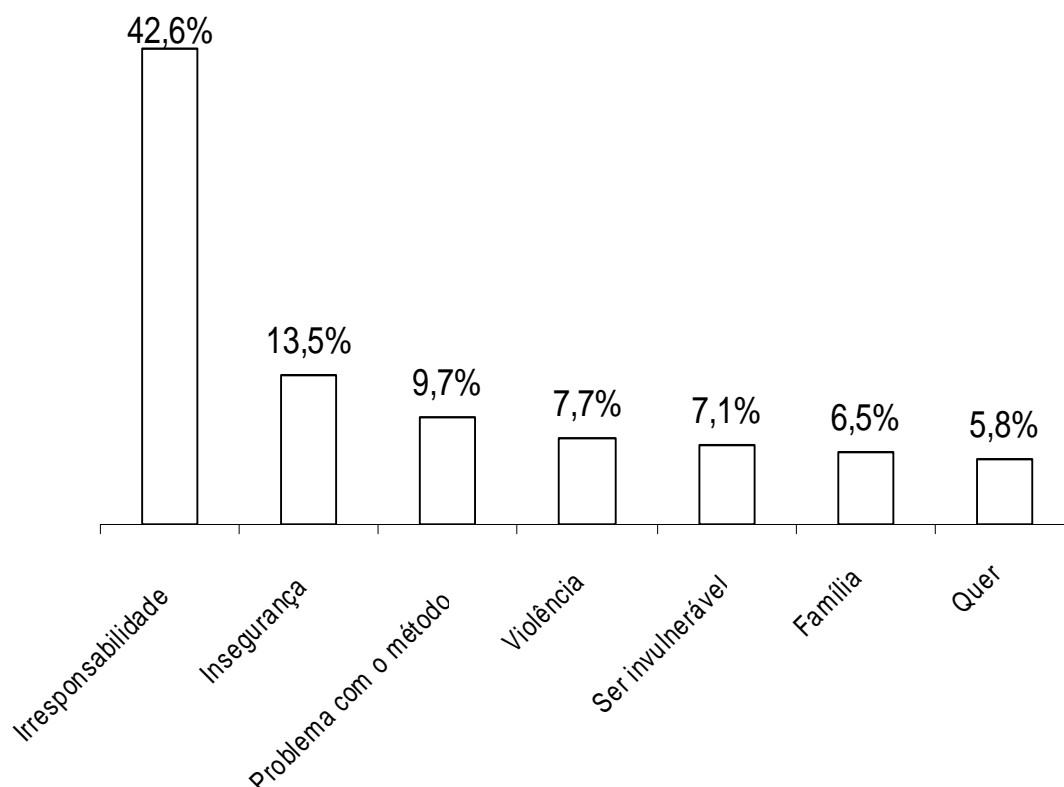


Fonte: pesquisa de campo.

Nota: amostra referente à 234 alunos do ensino fundamental e médio.

As entrevistas com os 125 alunos do ensino médio, propondo a pergunta: “O que leva um adolescente informado sobre prevenção a engravidar?” revelaram que a maioria dos adolescentes atribui este fato ao que chamaram de “irresponsabilidade”. No entanto outros motivos também foram revelados pelos alunos, como “insegurança”, “problema com o método”, “violência”, “ser invulnerável”, “problemas familiares” e “querer ter o filho” (Figura 08).

Figura 08 – Análise dos percentuais de respostas dos alunos para a pergunta: “O que leva um adolescente informado sobre prevenção a engravidar?”.



Fonte: pesquisa de campo.

Nota: amostra referente à 125 alunos do ensino médio.

Conclusão

As concepções dos alunos do ensino fundamental e médio revelam que há problemas com a formação dos professores das diversas disciplinas para o trabalho com o Tema Transversa: Orientação Sexual. Os professores da maioria das disciplinas não trabalham estes assuntos e os que o fazem acabam cometendo erros por falta de conhecimento específico. As causas dos problemas que levaram à proposição da Orientação Sexual como Tema Transversal, também são pouco conhecidas e apresentam-se de maneira muito diversificada, o que demanda preparo ainda mais especializado dos professores ao enfrentar esta problemática.

Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Temas Transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1998a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversal*. Brasília: MEC/SEF. 1998b.

FIGUEIREDO, N. M. A. (org.) Ensinando a Cuidar em Saúde Pública. São Caetano do Sul, SP. Yendis Editora. 2005.

FISCHER, R. M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Porto Alegre: *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Educação, 1996.

LOURO, G. L. Segredos e mentiras do currículo – sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 33-47.

MEIRA, A. M. G. Jogos de adolescentes. In: **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, ano 5, n. 11, p.101-104, 1995.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. **Salud del adolescente: prioridad y estrategias nacionales y regionales**. Bol Of Sanit Pan-am 1989;107(1).

PARANÁ, 1997. Súmula: Torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção de AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus, no Estado do Paraná. **Lei Estadual nº 11.734**, de 28 de maio de 1997.

SANTOS, L. H. S. Incorporando outras representações culturais de corpo na sala de aula. In: OLIVEIRA, D. L. **Ciências nas salas de aula**. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 97-112.

ZAMONER, M. **Ruptura: Um desafio a ser vencido por educadores e governos**. Curitiba, Editora Prottexto. 2004.

